

Bernardino Vieira de Oliveira

## Barqueiros – Pórtico do Douro Vinhateiro

*A meus avós, Manuel, Cristina, José  
e Brígida, jornaleiros do Douro*

### NOTA INTRODUTÓRIA

Perde-se no diluir dos tempos a origem etimológica do nome deste antigo concelho imperfeito<sup>1</sup>; no entanto, todos os caminhos percorridos em sete anos de pesquisas por arquivos, alfarrabistas, manuscritos particulares, memórias orais e outras levam-nos a um destino comum: o Rio Douro e o seu velho companheiro, o barco rabelo.

Os velhos marinheiros desta milenária povoação<sup>2</sup>, memorizados em conversas de serão pelas mais velhas raízes humanas, aprenderam a ser homens nos embalos do «rio de mau navegar». Hoje, ainda são recordados pelas mais velhas memórias; amanhã apenas farão parte integrante e esquecida da História de um povo descaracterizado. Com eles desapareceu, para sempre, uma antiquíssima tradição laboral de gerações e gerações.

A chileira de um rabelo foi berço de embalo de gerações sucessivas; porém, a engrenagem implacável do progresso não se compadece com sentimentalismos: as albufeiras domaram o rio sinistro, açaimaram as suas águas turbulentas, e o rio trágico deixou de o ser.

Das ruínas da casa onde nasceu o escritor Domingos Monteiro, em Vale Pentieiro, olha-se com nostalgia para a submersa Galeira do Piar, e aquela vastidão de água, viscosamente verde-azeitona, faz-me lembrar um velho tigre, inerte e moribundo.

<sup>1</sup> HERCULANO, Alexandre – *História de Portugal*. Livro VIII, p. 135-136.

<sup>2</sup> Conversas com Albino Barrocas, o último marinheiro de Barqueiros, falecido em 1979 com 96 anos.

## DO FORAL DE 1223 ÀS INQUIRIÇÕES DE 1258

No *Livro Segundo das Doações de D. Afonso III*, folhas nº 29, depositado nos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, encontra-se minuciosamente descrito o foral dado a Barqueiros em 13 de Setembro de 1223 por D. Sancho I, cujos limites geográficos estavam confinados pelos nomes de lugares ou casais como Pedra de Mercato, Pedra Burneira, Pedra de Cantarinas, Penedo Dancedo, Penedo das Cerdeiras das Lages, Lamas do Monte, etc. Esta carta de foral estabelecia os foros a pagar, naquela época distante, a um Dom Roderico Mendes, entre os quais uma quarta de vinho conservada em poder dos quatro mordomos até 1 de Março, dia em que deviam prová-lo o juiz (*Iudex Terrae*) e os quatro mordomos representantes directos do concelho. Por direituras, pelo Santo Estêvão, também eram pagos ao referido senhor da terra (*Dominus Terrae*), dez quartas de vinho, dez teigas<sup>3</sup> de trigo, um almude de manteiga, três galinhas, um cesteiro de trigo, um leitão, dez teigas de castanhas, etc., etc.

Aos mordomos cumpria cobrar os foros estipulados, que eram depois entregues ao prestameiro.

Vejamos o que pode ler-se na página 597 dos *Portugaliae Monumenta Historica (Leges et Consuetudines)*:

«Quando houverem de apresentar a renda (capitale) do pão e do vinho, chamem o juiz da vila, o pároco e três homens-bons, e tendo averiguado com temor de Deus e sã consciência quanto poderão produzir os direitos da vila, isso mesmo entreguem ao senhor da terra».

A existência de um juiz local, exercendo actos públicos em comum com homens-bons, fica garantida neste documento. As questões judiciais e fiscais eram julgadas na praça pública, no pelourinho<sup>4</sup>, sítio onde apenas hoje resta a toponímia local como atestado tradicional, já que esse símbolo medieval, dos julgamentos locais, há muito que desapareceu sem deixar rastro.

Quando, por qualquer impossibilidade, o senhor da terra não pudesse fazer cumprir pessoalmente as resoluções que tomava sobre o concelho de Barqueiros,

<sup>3</sup> VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidário*. 1966. Vol. 2, p. 581.

<sup>4</sup> Os pelourinhos estavam colocados nos sítios públicos mais importantes das povoações como símbolo do poder municipal. Constituídos estruturalmente por base, fuste e remate, remonta a sua origem a Moenia, coluna de pedra colocada pelos romanos nos lugares públicos para amarrar e castigar os criminosos. Pelourinhos e picotas estão interligados, no entanto, a sua tipificação começou a funcionar, como símbolo do poder local, a partir da organização da estrutura jurídica e administrativa dos reinados de D. Afonso III e D. Dinis. O último vestígio escrito do Pelourinho de Barqueiros data de 1886: «o pelourinho da villa ainda existe no povo de Sob Egreja» (in FORNELOS, Barão de – *Memória Histórica e Económica do Concelho de Mesão Frio*. 1887, p. 70)

disso incumbia o pregoeiro (*Preco Domini Terrae*), transmitindo-as oralmente aos homens-bons e ao pároco, e por último à plebe do município.

Era o tempo dos usos e costumes bárbaros. Tempo em que o forçado poder das autoridades locais assentava, ainda, em leis herdadas do Código Visigótico: – Se alguém roubasse à força o mordomo, nos dízimos arrecadados ao foro anual, teria de os restituir em dobro; o mesmo sucedendo quando alguém roubava aos vizinhos os seus haveres (móveis ou de raiz).

Era nesta populosa região que, no ano de 1248, tinham suas honras e solares as poderosas famílias dos descendentes de Egas Moniz e Mendes de Sousa (Sousões), e onde se encontrava acumulada, demograficamente, a maior força da população do reino.

Por esta época, o concelho de Barqueiros, por préstamos ou soldos, era obrigado a dar homens de armas para seguir el-rei nos combates a castelhanos e mouros (estes cada vez mais empurrados para o Sul), sendo obrigado a pagar determinada quantia por quantos homens válidos a tal se recusavam (obrigação instituída no referido Foral de 1223).

A primitividade dos costumes tinha introduzido, desde remotos tempos, um execrável direito (o da *revindicta*); porém, em 20 de Janeiro de 1251, sai das Cortes convocadas por Afonso III, a lei que se encontra a folhas 4 do *Livro de Doações* do mesmo rei e que, além de outras sanções punitivas, contemplava prisões e multas por roubos e violações (em muitos lugares do reino, para punir estes crimes, ainda vigorava a prova da caldaria), bem como a separação, na escala social, entre os camponeses que se exercitavam a troco de almoeda nas lutas em defesa dos solares dos seus «*Dominus Terrae*», e aqueles servos-escravos que unicamente serviam para trabalhar a terra.

Foi ainda A. Herculano que nos deixou escrito que as Inquirições Gerais de 1258 deram frequentes exemplos de vexames praticados por fidalgos prepotentes e por homens que ocupavam, administrativamente, lugares públicos sujeitos a espoliações do património por desonestidade<sup>5</sup>.

No entanto, nessas Inquirições Gerais mandadas realizar por D. Afonso, o Terceiro, na antiga Terra de Panóias que englobava toda esta vasta região, na qual estava integrado o concelho de Barqueiros, apesar das constantes violações do direito de propriedade nas terras por onde passavam os cavaleiros ao serviço do rei e dos aforamentos, nem toda a verdade teria sido escrita pelos inquiridores, como

<sup>5</sup> «Seria demasiado longo extractar todas as resistências aos oficiais públicos e vexames praticados nesta época por uma fidalguia infrene e, ainda, pelo clero. É nas grandes Inquirições de 1258 onde se encontram mais vestígios de tudo isso e onde se vêem os prelados maiores e menores empregarem as excomunhões, a denegação de sepultura e as outras armas da Igreja, como a nobreza empregava o ferro e a força bruta, para extorquir ao povo cabedais e senhorios». In HERCULANO, Alexandre – *História de Portugal*. Tomo 2, Notas de fim de volume, p. 637.

se estes estivessem comprometidos com o círculo corrupto da administração do reino, ou cumprissem uma enfadonha missão notarial.

Uma vez mais socorremo-nos dos *Portugaliae Monumenta Historica (Inquisitiones)*, Terceira Alçada, páginas 1006 e 1007, para a transcrição integral do que resultou da Inquirição feita no concelho que estudamos:

*«De Barqueyros – Stephanus Vicentii juratus et interrogatus dixit, quod villa de Barqueiros, que fuit de militibus per avolengam, nullum forum faciunt Regi, nisi tantum, si fecerit calumpniam, quod pectabunt eam, tamem ipsa hereditas est de villanis.*

*Johannes Menendi de Carosa juratus dixit, quod ista hereditas fuit regalenga.*

*Michael Ramiriz de Tarouca juratus dixit, quod ista hereditas fuit regalenga, et Dominus Rex Sancius avus istius Regis dedit istam hereditatem Martino Riparia portario suo; et addit, quod debent de ista hereditate ire in hostem et anuduvam, et pectare vocem et calumpniam, et Stephanus Oveleiro est modo casatus cum neta de ipso Martino Ribeyra.»*

Pelo que conhecemos das transcrições dos *Monumenta Historica* das referidas Inquirições Afonsinas, o reino inteiro deveria estar sob um diáfano juramento de verdade. O que mais se repete (*juratus et interrogatus*), provavelmente teria sossegado a consciência do preocupado monarca, mas os aforamentos continuariam a encher os «celeiros do reino onde se acumulam todos os géneros agrícolas», vigiados por indivíduos prontos a cumprir ordens do rei e dos «*dominus terrae*», como continuou a escrever A. Herculano na sua incompleta e inacabada História de Portugal.

## O FORAL MANUELINO DE 1513

É nos primórdios do século XVI que D. Manuel, o Venturoso, manda fazer Inquirições por todo o reino, no intuito de reformar os Forais Velhos, disso encarregando Fernão de Pina.

Nestas reformas manuelinas, também foi dado novo foral à prestigiada *beetria* de Mesão Frio (Meijon frio) em 27 de Novembro de 1513, nele surgindo considerandos sobre portagens, imposições fiscais e penais, maninhos, montados, etc., e a ampliação da sua jurisdição desde os limites do Rio Corgo até ao Rio de Galinhas (Marco de Canaveses), ficando com o direito de cobrar impostos aos concelhos de Penaguão, Godim, Teixeira, Gestaçô, Julgado de Vila Marim e Barqueiros.

Como resultado desses inquéritos dirigidos por Fernão de Pina, foram criados novos forais para localidades que se tinham tornado importantes, e reformados outros forais antigos, como o do concelho de Barqueiros, cujo Foral Manuelino data de 22 de Outubro de 1513, trezentos anos após a outorga do Foral Velho instituído por ordem de el-rei D. Sancho II:

α.

pre nomina. De vno boue tres, quarta  
 itoz. Et de onoz boues sex quartetas.  
 Et vni manipulo telino fco decem ata  
 roz de ipso lino. Et quis habuerit vinea  
 ter octaua. Et quis non habuerit vinea  
 ter nichilum. Et apposita pede et ipis uis  
 tribus uisibus. Et de collecta de vno q  
 qi bonyne vna fogada tritica p vna cen  
 tena. Et pro carne vni sestero. Et cena  
 da vni alimude. Et de toto uenato tres  
 costas. Et de tota ferida vnam li  
 biam decem. Et de honqadio. Et de  
 ronso: quinquaginta modios. Istoz fo  
 roz de betas supra nomina. Date in vno  
 quoqi anno. Et in debito nichil remaneat  
 Et pro calumpnia infra vnta .i. lenso. Et  
 Si vnic et vobis suam hereditatem ven  
 dere voluerit vendat medietatem ad illas  
 homines qui in ipsa villa habitauerint:—  
 Et Si aliquis homo venerit vel veneri  
 mus, tunc de crancis quam de pro pri  
 quis suis, aut nepos, quibus factum non  
 recumpere voluerit impungat, sic maledi  
 ctus, et cum iuda tradidore habeat pira ci  
 pium. facta Carta donacionis. Et sic  
 in quodam die est. vni. idus. lize. Julij.  
 Era: ap: e: lxxx: iij: Ego Rex Alfonso  
 honoratus, meuz p vroz eius xpiana  
 gluz. vobis bonis, de spino p abi:  
 Egras. ipse ante coram bonis hominibus  
 cum propaz manibus nostris hanc car  
 tam coloramus, et confirmamus. Pro  
 testibus. Decretis, testis. Adenendone  
 testis. Ditaris testis. De miguz  
 presbiter notarius

Et No Comello danylla de barqueiros fo  
 all que lle deu d'ley don Sancho:—  
 per que lle comcedo a dca ulla con  
 sus terminos de claradoe, et c:—

Damiánis pves

Vni zavelu de hie ibia, q' nre amplius vel  
 duce nit. z dmi. pro sti Joanne, quale ante  
 voluerit domyno terre Et quando miserit  
 capitale cepit z de vno voce ne iudicari  
 ce ipsi usilla z peclato de ecclia z tres homi  
 nez bonos Et quo modo scierit scido deo  
 z amparu suaru q' habet panem z ynuary  
 in ipi villa sic faciant habere domyno terre  
 z pro yca vni q' arerū trina z tres quartas  
 de vno porco apreato duo decem solidoz  
 z non amplius Et dace pro drestina pro  
 fisto sti Joanne de decem casilibus: decem  
 taygas de ordo z non plus. Et pro fisto  
 sti michelis decem bagales z decem capo  
 ues z non magis Et pro stō Stephano. r.  
 taygas trina z decem centem z decem  
 Castaneis Et decem quartas de yno Et  
 decem Corazys z domyno ipius ville lu  
 diae pro toto suo drecto ad casie ipoz ma  
 ior domoz. ¶ Imprimis die maray dace  
 ipsi quatuor maior domy vigina bagales  
 deline casie domyno usille Et in ipō die sic  
 ipsi maior domy soluta de ipō maior domatu  
 per manū iudias ipius ville z nq'at alia  
 z ipsi maior domy teneant vni de domyno  
 terre usq' lita maray Et tunc mōstent ip  
 sum vni ad iudicem z ad conalium Et  
 si dixerit q' est recepturi reaput illud  
 Et si ex ipō die dānatum fuerit per dar  
 dompno terre ipm vni Et dace domyno  
 ville vnauce in anno vni aricem q' tri  
 gnataynes de singulis denariis z octog  
 llinas z non magis Et domynus ville lu  
 diae pousa ad casie maior domoz Et da  
 ce ei vnan ycam in anno singulos fofas  
 aitas de pillea de singulis Casilibus  
 Et non facias ycam pro stō nisi ipm v  
 nus deci z nichil piteas Et non eangm  
 fofato nec in apilia nisi vbi fuerit her te  
 rre Et ite quando fuerint homines de hie

pitale. Nec piteas uocem nec callimpy  
 nisi homeroum Et caussim z emq' liti  
 Et pro vnaquaq' burū trui callimparū dace  
 decem solidoz. Et de piteato Sanae  
 de quatuor vni in vnaquaq' piscaria Et  
 de tres nichil. Et de quibus vnicie dace  
 nichil dace. ¶ Et de lampreia decem  
 vna. Et de ouabus nichil. Habet tay  
 gam z quartam quale semper habuit  
 Et si ex forte venerit q' aliqua homo venit  
 z qui hanc usillam tunc pite piteat michi  
 semille solidoz. Et haret pro vno mpy  
 ¶ Habent hanc usillam sic maret per hie fō  
 zū vna z omnia post teritas vestia usq' in  
 secula secula. ¶ Si quis venerit quibie  
 cartam hanc gerere veluerit sic male dicitur  
 z confisus a domyno nostro ihu xpo Et  
 de stā maria matre eius z omnibus stā  
 z sic soanuz. in miseno am hira dace  
 Et quantum que fuerit tantum vobis du  
 plet Et in super piteat vobis mille mīabi  
 tana. ¶ Hanc carta mense sctemb' Era  
 mille sima. ccc. lxx. pma. domyno terre  
 Roderico menci. Comf. Ego domus  
 Sanaus her pite vobis. Conalio a tur  
 quevaz coram meis diuibus homybo  
 z meam aulam hanc cartam meis propie  
 manibus voloz z confirmo. Et pro rē  
 piteat testis. Rodericus testis. Adran  
 testis. Ego pite. Dominus Adranus vna  
 ria concessit Archiepō in brachava. Steph  
 no suery concessit. Ego Colimbou don  
 piteat. Concessit. Ego mīsi. domus  
 Ego Concessit. Ego Limean. Dominus pe  
 ligi Concessit. Dac Carta apud Colim  
 buam tercia decima die Adusie sctemb' Et  
 cum meis vique homybus. Dominus. I. don  
 nus Alfonso. Comf. Dominus apalis. pte.  
 Comf. Dominus Rodericus Sana Comf.  
 Dominus Adranus. Joanne. Adran dom?

1. Dominus. pite. q.



FORALL DE BARQUEIROS PER COMPOSIÇAM<sup>6</sup>

## FORALL

Dom Manuell ect.

Mostrasse pella dicta composiçam ser feicto comtrauto com os moradores do dicto comcelho E com os senhorios dos dereitos reaaes do dicto lugar aprovado pellos reis destes regunos nossos amteçessores comfirmado pem nós que o dicto comçelho em cada huum anno por todollos Foros e tributos reaaes que eram obrigados pagar dessem e pagassem tres mill e Sete çemtos reaaes per natal Segumdo Sempre pagaram sem mais outro creçimento de livras Posto que as atee ora pagasem E dará mais o dicto comçelho o quarto do pescado que se tomar em todallas pesqueiras que pertemçem a todollos moradores do comcelho E mais ham de pagar do canal da dicta terra de trimta peixes huum e quamdo o Senhorio for no lugar pera hy pousar e nam doutra maneira ha daver a metade do pescado que morer no dicto canal.

## LEY

E o dicto comçeljo ha daver pera sy por estes foros e dereictos que asy paga todollos outros dereitos que a nós pertemçam Comvem a Saber O gado do vento quamdo se perder Segumdo nossas orde-(40.v.)naçoens com a mais deçaraçam que vay no foral de lamego<sup>7</sup>.

## LEY

E a pemssam do tabaliam que sam sesemta reaaes E a pena darma. a saber. duzentos reaaes e as armas Segumdo ordenaçam hé tal como em lamego<sup>8</sup>.

E quamdo os dereitos de dicto lugar nam soprirem a paga dos dictos tres mil seteçentos reaaes lamçar se á talha per repartiçam em todo o comçelho até soprirem a dicta comtia Da qual taxa nom será escusa nhuuma pessoa por priviliigiada que seja ajmda que seja clerigo dos beens que hy tiver E nom ha hy montados nem maninhos por que tudo hé lsemtamente do dicto comçelho

<sup>6</sup> DIAS, Luís Fernando de Carvalho – *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve: conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa: Trás-os-Montes*. [S. l.]: Edição do autor, 1961. fl. 52-53.

<sup>7</sup> Segundo o foral de Lamego: «...Com deçaraçam que a pessoa a cuja mão ou poder for teer o dito gado o venha scprever a dez dias primeiros seguimtes sob pena de lhe seer demandado de furto». DIAS, Luís Fernando de Carvalho – *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve: conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa: Beira*. [S. l.]: Edição do autor, 1961. fl. 179-183.

<sup>8</sup> Segundo o foral de Lamego: «...a saber. quamdo apunharem espada ou quallquer outra arma sem a tirar nem os que sem preposito em Reixa nova tomarem paaou pedra posto que fizeram mall. E posto que de preposito as tomem se nam fezerem mal com ellas nam pagarão nem a pagará moço de quinze annos e dhy pera baixo nem molher de quallquer hydade nem os que castigando sua molher e filhos e scravos tirarem sangue nem os que sem arma tirarem sangue com bofetada ou punhada nem quem em defemdimento de seu corpo ou apartar ou estremar outros em arroydo tirarem armas posto que com ellas tirem sangue nem escravo de quallquer ydade que sem ferro tirar sangue». Idem. Ibidem.

*como cousa propria sua pollo dicto foro que pagam e por tanto se nam pagarão hy outros mais dereictos em nhum tempo asy pera nós como pera o dicto comçelho. E a pena do forall há tal como vay escrito no foral de lamego<sup>9</sup>.*

*Dada em a nossa muy noble e sempre leal çidade de lixboa aos vinte e dous dias de outubro do anno do nasçimento de nosso Senhor Jesu Cristo de mill e quinhentos e treze Fernam de pina o sob escreveo e comçertou em tres folhas como esta.*

### «RIO DOURO... RIO DE TANTO PENEDO»

*«– Ali, aonde vês, menino, naquelas águas todas que cobrem a Galeira do Piar, muitos dos teus passados comeram o pão que o diabo amassou. Vida de miséria aquela, em que o braço e o costado dos marinheiros rotos, descalços e mal comidos, faziam de boi e alavam os rabelos, de penedo...».*

O senhor Albino Barrocas, um dos últimos marinheiros desta povoação com quem tive a felicidade de ter estas e outras conversas, morreu com 96 anos de idade, no Lugar da Capela da Senhora da Conceição, corria o ano de 1979. Ele foi a memória oral de uma tragédia que se deu em 1929, quando um rabelo não conseguiu contornar o ponto da Raiva, e se descomandou, perdendo-se carga e duas vidas humanas. Contou-me minha avó Brígida que, lá em baixo, na Quinta do Piar, os jornaleiros sentiram-se aterrados com os gritos de socorro lançados pelos náufragos.

O senhor Manuel Pereira, antigo cabo da Junta Autónoma das Estradas e pequeno proprietário, também já falecido, confirmou-me que «nas profundas do

<sup>9</sup> Segundo o foral de Lamego: «PENA DO FORALL – E quallquer pessoa que for contra este nosso forall levando mais dereitos dos aquy nomeados ou levando destes mayores conthias das aquy decraradas ho avemos por degradado por hum anno fora da çidade e termo e mais pagará de cadea trinta reaaes por hum de todo o que assy mais levar pera a parte a que os levou e se a nom quiser levar sejam a metade pera os cativos e a outra pera quem o acusar E damos poder a quallquer justiça homde acomtecer assy juizes como vimtaneiros ou quadrilheiros que sem mais processo nem hordem de juizo sumaria mente sabida a verdade comdenem os culpados no dito caso de degredo E assy do denheiro atee conthia de dous mjll Reaaes sem apelaçam nem agravo e sem disso poder conhecer almoxarife nem comtador nem outro officiall nosso nem de nossa fazemda em caso que o hy aja e se o senhorio dos ditos dereitos o dito forall quebrantar per sy ou per outrem seia logo sospemsso delles e da jurdiçam do dito lugar se a tever em quanto nossa mercee for E mais as pessoas que em seu nome ou por elle o fezerem emcorram nas dias penas. E os almoxarifes escripturaes e officiaes dos ditos dereitos que o assy nom comprirem perderão logo os ditos offiçios e nam averam mais outros E por tanto mandamos que todallas cousas contheudas neste forall que nós poemos por ley se cumpram pera sempre do theor do quall mandamos fazer tres hum delles pera d dita cidade de lamego e outro pera o senhorio dos ditos dereitos e outro pera nossa torre do tomo pera em todo tempo se poder tirar quallquer duvida que sobre ysso possa sobrevijr». Idem. Ibidem.

Poço», desse e de outros desastres, estão «sepultas» grandes fortunas do melhor vinho fino.

Lá em baixo, a jusante da Galeira do Piar, numa rocha inacessível por terra, encontra-se o nicho da Senhora da Boa Viagem, a protectora dos marinheiros. Vergílio Correia, em 1924, por ocasião das festas da freguesia de Baião, fronteira de Barqueiros, lá encontrou um andor onde figurava um barco rabelo pintado de azul e vermelho, em cuja ponte se erguia o tronozinho da santa padroeira.

Inseparável do rio Douro, o barco rabelo tem origens remotas. A única via de comunicação com o interior foi, durante séculos, o rio; porém, as suas margens alcantiladas, e nalguns locais inacessíveis, obrigaram os primitivos habitantes a construir um barco simples e resistente, com as técnicas mais primitivas, sem primores de acabamento, de tábuas sobrepostas, de fundo raso e sem quilha, com uma espadela a servir de leme, para poder passar nos «pontos» perigosos. Com o passar dos séculos, o antepassado do barco rabelo sofreu adaptações elementares para transportador de carga ao longo do vale profundo do Douro antigo. Até acabar a sua última agonia como chamariz de turistas curiosos...

*«São estes barcos estrambólicos que fazem o tráfego do Douro. Carregam pipas, cortiça, casca, madeira, gente; e quando vem o inverno e anda o rio grande, o movimento nunca se interrompe. Os homens intrépidos, de pé sobre a pégada – o nome da gaiola onde vai o arrais –, manobram com decisão a espadela, metendo a charroa na água e imprimindo a direcção ao barco. É preciso fazê-lo sem um movimento falso, sem um segundo de hesitação, nos*



No defeso há que consertar o barco (1947).

*sítios perigosos, descendo os galeiros como quem cai borda abaixo – no Cadão, na Figueira, no Canedo, no terrível Cachão da Valeira, etc., entre montanhas de bronze que põem a alma negra e que estão à espera que se passe uma tragédia. Ali é que é vê-lo, ao barqueiro em ceroulas a manobrar a charroa na água como se quisesse lavar no campo. Quatro casqueiros, meia dúzia de cavernas, a gaiola em cima e o homem em equilíbrio na quitanda, tendo de descer lá do alto até ao Porto com aquelas pipas todas, agarrado à espadela, olho na água, olho nas pedras agudas como dentes... o barco oscila, põe-se de pé – e ele lá vem, lá desce. Como se aguenta? arriscando a vida»<sup>10</sup>.*

Arrais, mestre, marinheiros e moço eram a tripulação de qualquer rabelo que descia o rio carregado com os cascos. Carapuça vermelha na cabeça, lenço tabaqueiro no pescoço, ceroulas, pés descalços, camisa aos quadrados (de feitiço ou, mais das vezes, remendada) e faixa vermelha apertada à cinta, lá venciam o ponto da Carregosa do Piar, usando a espadela em vez do leme, tão comprida como o próprio barco. Tão forte era a corrente das águas<sup>11</sup> desde a Galeira do Piar até ao ponto da Ripança que eram, por vezes, necessários quatro ou cinco homens para manobrar a espadela. A distração de um segundo, e a viagem transformava-se numa tragédia. Ouvidos surdos aos «galanteios provocadores» das jornaleiras das duas margens (como me contou a idosa senhora Zulmira Cardeana), todos se desbarretavam, agradecidos, à passagem do nicho da Senhora da Boa Viagem cravada num penedo da margem esquerda, sobranceiro às águas.

Segundo o Padre Luís Cardoso<sup>12</sup>, o concelho de Barqueiros tinha mestres peritíssimos para a condução do rabelo.

Contactados alguns idosos desta povoação, sobre quem teriam sido os últimos arrais e marinheiros de Barqueiros a trabalhar nas «safras» dos rabelos, as lembranças ficam perdidas e olhares vazios e nostálgicos; no entanto, figuram como arrais no primeiro e segundo quartel deste século o Zé Terrosa, o José Pinto da Costa (pai), o Manuel Joaquim, o Camilo Cortez, o António Monteiro, o António Cortez e o António Pintor, entre outros. Como marinheiros, que no defeso trabalhavam na vinha como jornaleiros, corticeiros ou outros meios de subsistência, fala a história local<sup>13</sup> do Joaquim Amaral, do Lourenço Valongueiro, do Henrique Amaral, do Manuel Cereja (meu avô paterno), do Joaquim Teixeira,

<sup>10</sup> In ANGELINA, Maria; BRANDÃO, Raúl – *Portugal Pequeno*. Lisboa, 1929.

<sup>11</sup> Entre o Bernardo e Porto de Rei, numa distância de pouco mais de quatro quilómetros, o rio apresentava nove pontos perigosos: o ponto dos Nasceiros do Bernardo, do Caramancho, da Pedra dos Olhos, da Carregosa do Piar, do Piar, da Srª da Boa Viagem, das Pedras do Bispo, da Raiva e do Loureiro.

<sup>12</sup> CARDOSO, Luís – *Dicionário Geográfico...* Lisboa: Na Régia Oficina Silvana, 1751. Tomo 2. p. 53-55.

<sup>13</sup> O velho carpinteiro Euclides Cortez de Oliveira, 78 anos, uma memória lúcida desta povoação.

do José dos Anjos, do Toneco, do Albino Barrocas, do António Caçau e do Joaquim Azeredo, entre muitos que ficam esquecidos na memória do tempo.

O limiar dos anos cinquenta deste século viveu o último estertor do barco rabelo e da sua vital importância como meio de transporte fluvial. O caminho-de-ferro da linha do Douro foi o grande «culpado» do desaparecimento dos rabelos: menos oneroso, mais seguro e rápido, a sua inauguração em 14 de Julho de 1879 marca o progressivo declínio desta povoação e, simultaneamente, a agonia destes barcos.

No censo populacional de 1796, no concelho de Barqueiros (constituído, na época, pelos lugares vizinhos de Porto de Rei, Vale de Amoreiras, Bairrinho, Ferreira, Lama do Monte, Portela, Palestra, Quintans, Outeiro, Vale de Pentieiros, Ribeiro de Cima e de Baixo, Formigal, Freixieiro e Bernardo) fomos encontrar recenseados 7 padres seculares, 3 pessoas literárias, 43 sem ocupação, 1 negociante, 2 cirurgiões, 25 lavradores (proprietários), 7 jornaleiros, 5 alfaiates, 2 sapateiros, 1 carpinteiro, 54 arrais, 293 marinheiros e 40 criados<sup>14</sup>.

Quase um século depois, em 1886 (sete anos após a inauguração dos caminhos-de-ferro), ainda a estrutura social da população se mantinha com 23 proprietários, 8 comerciantes, 30 arrais, 638 marinheiros, 2 padres, 14 artistas, 4 taberneiros, 1 empregado, 73 jornaleiros, 27 criados e 15 feitores.

Outro século passado (1987), o último censo apresentava 67 jornaleiros, 42 ferroviários, 14 agentes militarizados, 7 artistas menores, 42 reformados da Caixa Nacional de Pensões, 115 sem ocupação permanente, 95 operários da construção civil, 87 pequenos proprietários, 1 sapateiro, 2 taberneiros, 1 barqueiro, 3 comerciantes de mercearia, 2 cantoneiros, 7 lavradores médios, 2 alfaiates e 24 empregadas domésticas.

Em pouco menos de um século aquela população, maioritariamente ocupada nas safras dos rabelos, desapareceu; e, com eles, a importância da localidade como factor relevante da economia duriense.

Vi-os, pela última vez, da janela do meu antigo quarto, lá ao fundo nas voltas do Piar, nos primórdios dos anos sessenta, ainda era eu um imberbe seminarista. Os dois rabelos surgiram lentos, vagarosos, dando-me a ilusão de agonizantes, como em tela de Ribeiro Cristino, esse esquecido pintor contemporâneo de António Ramalho (natural de Barqueiros), companheiros tertúlicos do «Grupo do Leão». Nunca mais esqueci essa visão de adeus, e ainda hoje ela se encontra nítida, como se o passado, indiferente, não se tivesse diluído no tempo.

Primeiro o comboio, depois a camioneta, deram o golpe de misericórdia nos

<sup>14</sup> CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de – *Mappa do estado actual da Provincia de Tras-os-Montes*, 1796. Publicado por MENDES, José Maria Amado – *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*. Coimbra: INIC/Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1981. p. 471-474.

barcos rabelos. O rabelo morreu, mas cumpriu o destino de gerações e gerações da milenária povoação de Barqueiros do Douro.

Quando entrarmos no século XXI, a nova geração interrogar-se-á sobre a origem etimológica do nome toponímico de Barqueiros, tão rude será o contraste entre as profissões vigentes e as dos seus avoengos. Ainda há quarenta, cinquenta anos, enquanto os marinheiros enfrentavam as águas do «rio de mau navegar», sentiam-se confortados «ouvindo» lá ao longe, na sua povoação, as vozes das mulheres, novas e velhas, «responsando» os barcos em dias de tormenta:

«José Luís, Francisco,  
Deus diante, paz na guia.  
Vos entrego a Deus e à Virgem Maria.  
Co'as armas do Senhor S. Jorge  
Vós ides todos armados.  
Co'as palavras de S. José  
Vós ides acompanhados.  
Para que não sejais  
Nem presos nem afogados,  
Nem vosso sangue derramado.  
Os olhos que vos viram ir  
Vos vejam tornar a vir,  
Com paz, saúde e alegria.  
Assim como a Virgem Maria  
Trouxe o seu amado filho  
Nove meses no seu ventre,  
Assim vós ides e vindes,  
Diante de toda a gente.  
O milagroso Santo Antoninho  
Que livrou a seu pai  
De sete sentenças falsas,  
Assim vos livre a vós  
De perigos e trabalhos,  
E de quem mal vos quizer:  
De testemunhos falsos  
E verdadeiros nenhuns.

Por alma do pai e da mãe  
Do nosso Santo Antoninho  
Do padrinho e da madrinha  
Do avô e da avó e mais geração,  
Que todos para nosso bem

Metam a sua mão  
 E as preciosas cinco chagas  
 Do Nosso Senhor Jesus Cristo,  
 E a flor donde nasceu,  
 E a Hóstia consagrada  
 E a cruz onde morreu.  
 Amen<sup>15</sup>.

### O FIM DA TRADIÇÃO PESQUEIRA

A barca de passagem do Bernardo, cujo último arrendatário, nos anos setenta, foi o senhor Luís Barqueiro, também proprietário dos melhores nasceiros destes lugares, estava debaixo da alçada do denominado imposto «Barca do Condado». Além da passagem de quantos dela precisassem, estava encarregada da recolha do imposto do condado a todos os pescadores que dele não estavam isentos.

Viterbo diz que esse imposto era o «tributo ou reconhecença que o enfiteuta ou vassalo pagava ao senhorio *jure Domínii* e consistia, ordinariamente, ou em peixe do rio, ou em caça do monte, qual ao direito senhor mais agradava<sup>16</sup>».

Por outro lado, os funcionários colectores dos direitos de pescado, a título de alimentação ou constituindo parte do seu salário, recebiam o «perlado», também contemplado no foral manuelino do concelho de Barqueiros, e que consistia no tributo de um peixe a cada funcionário colector, por todas as descargas piscatórias efectuadas, entre o cais do Bernardo e Porto de Rei, pelos não naturais.

Mais antigo, certamente, do que o tributo do perlado eram, em terras do mesmo concelho, os «nasceiros» cujas origens se perdem nos tempos. Mas, apesar da tradição dos nasceiros ser tão antiga como a fundação desta milenária povoação, conseguiram passar quase incólumes, através de gerações, proibições e variegados impostos, até à década setenta do século actual, altura em que as águas das albufeiras, a montante e a jusante de Barqueiros, elevaram a sua cota aos limites máximos, sem que tivesse havido contrapartida para os proprietários dos nasceiros reveles que, abruptamente, se viram espoliados de um rendimento certo, natural e antiquíssimo.

Em conversa com o último barqueiro da Barca «De Por Deus», em Porto de Rei (o *ti Adérito da Burra*, falecido nonagenário em 16 de Julho de 1994), disse-me, na sua voz característica dos aldeões pouco habituados ao diálogo erudito, que o

<sup>15</sup> PAIVA, Maria Adelaide da Silva – *Cancioneiro do Alto Douro. (Barqueiros)*. Vila Real, 1962. p. 53-54.

<sup>16</sup> VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de – o. c., vol. 2, p. 121.

direito àquela barca de passagem adquiriu-o à Câmara Municipal de Resende, por transmissão directa do seu pai, o qual também lhe ensinara, desde miúdo, todos os segredos das armadilhas para o peixe.

*«– Olhe, menino, tudo isto agora (dissera-me, abarcando as águas em Porto de Rei) nada é como dantes. Quando o rio era oitro, do Bernardo à Ripança, tudo era cheio de nasceiros onde se apanhavam as melhores lampreias. Os nasceiros?... os nasceiros estão sepultos nos fundegos do rio».*

Todo o habitante desta região sabe que o sável e a lampreia já desapareceram das águas do rio Douro, podendo ser considerados extintos como espécies piscícolas.

Outrora, as enxurradas arrastavam os ouriços dos soutos em direcção ao caudal do rio, e quando entravam nos remansos das águas, onde se encontravam os eiroses, estes, picados pelos ouriços, caíam nos caniços dos nasceiros e aí ficavam prisioneiros, até serem mortos, por vezes, à paulada. Muitas vezes, savelhas e solhas, em grande quantidade, entravam distraidamente nos canais secos onde morriam às centenas. Quando os peixes caíam nas armadilhas e a quantidade excedia a procura, os pescadores mantinham-nos presos à sirga, durante dez ou quinze dias, até ser devolvidos às águas correntes do rio<sup>17</sup>.

O Padre Luís Cardoso, na sua obra citada de 1747/51, escreveu que se pescava nas águas do Bernardo até à Ripança, nos meses de Março a Junho, com vários artifícios, bastante quantidade de lampreia, sáveis, savelhas e mugens. E em todo o ano barbos, bogas, escalos e eiroses.

Actualmente, o pouco peixe que sobrevive tem o sabor das águas paradas. E já ninguém precisa de quebrar penedos no rio com fogo de vinagre para construir pesqueiros artificiais na rocha viva...

## OUTRAS VIAS DE COMUNICAÇÃO DESDE A LENDA DA PONTE DO PIAR À PONTE DA ERMIDA

*«Em 1791 reconhecia-se o estado ruinoso a que haviam chegado as estradas, "pois pela ruina delas não podem os habitantes lavradores transportar os frutos dos seus trabalhos, nem por falta de exportação e consumo adiantar a agricultura". De facto, os caminhos, raros e maus, feitos de terra batida, serviam apenas para a circulação de cavalos e liteiras, carros de bois e bestas de carga, conduzidos por almocreves e bufarinheiros e utilizados no transporte de mercadorias. No Inverno os caminhos tornavam-se praticamente intransitáveis,*

<sup>17</sup> DIAS, Augusto – Lamego do século XVI. 1947. p. 93.

*isolando vastas áreas, enquanto a actividade económica hibernava para recomeçar no início da Primavera»<sup>18</sup>.*

O Rio Douro, desde tempos imemoriais, foi o único elemento natural a pôr as terras da região em contacto com o resto do mundo.

A costa ou calçada de Porto de Rei – única via de acesso durante séculos à Barca de Passagem «De Por Deus», com rendimentos próprios e, como o nome indica, gratuita<sup>19</sup> – era um caminho íngreme e tortuoso, mandado calcetar, com enormes blocos de granito, pelo escritor Monteiro Ramalho, por imposição testamentária de Dona Cândida Júlia de Oliveira Pinto, após a morte do Conselheiro e Par do Reino José Maria de Alpoim, em 1916.

Durante séculos, os caminhos longitudinais que partiam das barcas de Porto de Rei e do Bernardo foram as únicas vias de comunicação com o exterior.

Barqueiros, no início do século XIX, se exceptuarmos a velha e quase intransitável estrada real de Marco de Canaveses que, em tempos perdidos nos primórdios da nacionalidade portuguesa, fazia a ligação pelo sítio da lendária Ponte do Piar com a estrada real de Lamego, encontrava-se totalmente isolada dos grandes centros urbanos só lhe restando, como alternativa válida, o rio.

Devem ter existido ramais de ligação do antigo concelho de Barqueiros a esta estrada real, na qual se transportava a antiga Mala-Posta, no entanto seriam caminhos difíceis e traiçoeiros.

Conforme manuscritos de Monteiro Ramalho (contemporâneo de Camilo e Fialho), tudo indica que a melhor via existente neste antigo concelho (ainda longe do início da construção da E. N. 108), era um «caminho de liteiras» que se dirigia desde o Lugar do Açougue (local onde ainda se encontram vestígios dos antigos paços concelhios, datados na pedra em 1697) até ao antigo porto do Bernaldo, sítio obrigatório de encontro para os habitantes da povoação quando eram chamados pelo som cavo e profundo das cornetas de lata dos barcos rabelos, que lhes traziam novas do mundo exterior e vitualhas para os necessários.

Por todas estas limitações de acessos, era muito difícil a comunicação da povoação com o interior das regiões circunvizinhas, assumindo aqui uma importância vital para a economia regional a actividade dos almocreves que,

<sup>18</sup> SANTOS, Maria da Piedade Braga; RODRIGUES, Teresa M. Ferreira – *As alfândegas de Trás-os-Montes: anos de 1791 e 1801*. «Estudos Transmontanos». Nº 1. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real, 1983. p. 170.

<sup>19</sup> DIAS, Augusto – *Lamego no século XVI*. 1947. p. 89: «...a dita rainha (D. Mafalda) a mandou pôr, e deixou certas quintas e casais para manutenção dos barqueiros, que passam as ditas barcas, sem levarem dinheiro, por grande nem fora de marca que o Douro vá; e tem dois mil reis de penna, e de cadeia, se se provar pedirem eles dinheiro a alguma pessoa. Todavia, se lho querem dar os que passam por cortesia, mas que não lho peçam...».

«conhecendo como ninguém os caminhos de atalhos e de mulas», estabeleciam o contacto com outras regiões, rasgando novos horizontes comerciais e culturais.

Ao almocreve, esse acabado andarilho do tempo dos mouros, que viveu entre o século VII e o início do actual, será a camioneta a dar-lhe o golpe derradeiro, por volta de 1930/40, assim se extinguindo, ingloriamente, uma das mais tradicionais vias de comunicação social. Nestas paragens os poucos almocreves que circulavam eram, na sua maior parte, de origem galega, e encarregavam-se da distribuição do sal, sardinha cuchada, couros, peles e toda a espécie de quinquilharia. Nesta localidade havia uma outra classe equiparada, denominada *recoveiros*, os quais, tendo uma missão quase semelhante à dos almocreves, nas suas andanças comerciais, foram os últimos a ser devorados pela trituradora máquina do progresso. O último recoveiro que eu conheci, nesta aldeia, era uma simpática e lutadora velhinha, chamada Maria Cabanja; morava na vila, e já desapareceu deste mundo, levando consigo mil recordações e memórias de outras épocas.

O dia 14 de Julho de 1879 é um marco importante nas vias de comunicação desta região. Monteiro Ramalho, nos seus manuscritos inéditos, escreveu que nesse dia, uma segunda-feira, o povo levantara-se cedo e dirigiu-se em romaria para o Lugar da Ferreira onde fora construído o edifício que tomou o nome de Estação do Bernardo. Os velhos abanavam a cabeça e, até os mais supersticiosos, adiantavam que a maldição do Túnel da Má Passada (construído no povo de Porto de Rei em 1877) não permitiria a passagem do comboio, porque as almas errantes dos dois assalariados mortos na sua construção vigiavam a entrada do túnel, clamando vingança contra a maldita máquina de ferro a vapor.

Quando, finalmente, se ouviu o silvo agudo da locomotiva Andorinha, nº 13 da sua série, o povo lançou-se em desfilada pela linha fora ao encontro do comboio engalanado com ramos e flores silvestres. Evaristo Monteiro Ramalho, autor de *Histórias da Montanha*, e falecido em Porto de Rei em 1949 com 87 anos de idade, escreveu nas suas *Memórias*, em meu poder, que «era tanta a policromia de saias esvoaçando, que lhe deu a impressão de que arco-íris tinham descido à terra e iniciaram, juntamente com o povo, um bailado pagão prenhe de cores e movimento».

Embriagado pela euforia, o povo de Barqueiros, povo de arrais e marinheiros, não se apercebeu que o comboio era um engano, uma ilusão, pois com ele desapareceriam muitos barcos rabelos, viria o desemprego e a fome. E, com o desemprego, o regresso ao campo, às primitivas origens rurais dos seus antepassados.

Na *Enciclopédia Ilustrada*<sup>20</sup>, lida e relida numa das Bibliotecas Municipais, o

<sup>20</sup> *Enciclopédia Portuguesa Ilustrada*. 1895 (legada pelo Dr. Ricardo Jorge à Biblioteca Municipal do Porto).

seu autor afirma que, em 1885, Barqueiros tinha Estação Postal de Terceira Classe; porém, no período que antecede esta data, os seus habitantes serviam-se do Posto de Correio de Mesão Frio, como outras povoações em redor.

Por esta época, estafetas a pé deslocavam-se a esta localidade em dias determinados, percorrendo a distância que a separava de Mesão Frio por caminhos praticamente intransitáveis. Esta precária situação manter-se-á durante largos anos, até que o caminho-de-ferro transporte o correio em ambulâncias postais, cujos sacos eram despejados na estação do Bernardo, e daqui trazidos por boletineiros<sup>21</sup> para o velho armazém que servia provisoriamente de Casa do Povo, onde era distribuído pelo regedor da freguesia, ou por um cabo de ordens mais ou menos letrado, ou até por um qualquer ocasional versado em letras epistolares, que se prontificasse a assumir o papel importante de ledor, naquele acto público tão solene como barulhento. Já em 1987, as cartas simples custeadas por 25\$00 num máximo de 40 gramas, eram transportadas da estação central de Mesão Frio por um carteiro-motorizado que ia lembrando, a um outro destinatário, que o código postal era meio caminho andado.

Actualmente a povoação de Barqueiros<sup>22</sup> é cortada longitudinalmente pela E.N. 108 (construída em 1933), que marcou profundamente a sua paisagem geográfica. A pouco mais de uma légua, em terras de Santa Maria de Frende, já se encontra aberta ao tráfego a Ponte da Ermida (330 metros de extensão, 80 metros de altura e um vão central de 120 metros) que uniu, finalmente, os concelhos limítrofes de Baião (E.N. 108) e Resende (E.N. 222), e fará parte integrante de um futuro Itinerário Complementar aos Itinerários Principais nº 3 e 4.

A concretização deste empreendimento somente foi possível porque, à frente dos destinos da Câmara Municipal de Resende, encontra-se há vinte anos um autarca (Brito de Matos) que lutou sem esmorecimentos contra todas as teias burocráticas, até ver concluído o projecto que viabilizou a união rodoviária das duas margens do Rio Douro. Este foi um sonho acalentado durante séculos, pois a jusante do sítio onde finalmente foi construída a Ponte da Ermida, ainda se encontram submersos nas duas margens da Galeira do Piar, os restos de dois grandes pilares que serviram de fundamento aos arcos de uma ponte, mandada construir pela rainha Dona Mafalda, neta de Afonso Primeiro. Diz a lenda, contada de geração em geração e chegada até nós, que uma vidente profetizara a morte, por afogamento, de um dos filhos da dita rainha<sup>23</sup>. Era em Porto de Rei que

<sup>21</sup> O último boletineiro foi a senhora Isaura Tacha, que vivia no Lugar do Formigal, e morreu cega e velhinha nos fins dos anos oitenta.

<sup>22</sup> Suprimido como concelho pelo Decreto de 6 de Novembro de 1836, ficou na dependência administrativa do antigo burgo de Mesão Frio. Em 1842, pela primeira vez, em documentos oficiais, Barqueiros aparece mencionada como freguesia do concelho de Mesão Frio.

<sup>23</sup> ...«seu avô, el-rei D. Afonso Henriques, deixou para ela 3.000 maravedis. *Et dedi jam Abbati, et*

os infantes atravessavam o rio em direcção a Santa Maria de Cárquere, terras pertencentes à estirpe de Egas Moniz. Estava a ponte a ser construída, quando um dos infantes, ao atravessar o extenso areal da famosa Galeira, tropeçou, caíu de borco numa poça de água feita pelas patas dos bois que transportavam as pedras dos alicerces, desmaiou e morreu afogado, assim se cumprindo a profecia.

Lenda ou verdade, ainda hoje, quando as águas da albufeira de Carrapatelo baixam para a sua cota mínima, podem-se ver os restos dos famosos pilares em ambas as margens. Na minha infância despreocupada, enquanto uns se entretinham a apanhar enguias à mão (prisioneiras nos charcos de água do extenso areal), outros, mais ousados mergulhavam no rio saltando do cimo desses pilares.

O Padre Luís Cardoso na obra já referida<sup>24</sup>, confirmou que o concelho «*tem nos seus limites em hum grande calhão, junto ao Douro, ou nas suas margens, a célebre Torre ou Pilar, vulgarmente chamada o Piar, e no mesmo rio princípios de outros dous pilares (que a continuação, e corrente da água totalmente desbaratou) para servirem de fundamentos aos arcos de huma ponte, que no mesmo Douro intentou fazer o real, e generoso ânimo da Senhora Rainha D. Mafalda; que se acaso se chegasse a concluir, seria a oitava maravilha do mundo; porém o tempo, ainda do pilar, que hoje se conserva, foy desfazendo muito, ajudado com as enchentes do Douro. Ainda hoje tem de alto cinquenta palmos, e está fabricado com notável segurança, e singular arquitectura; porque principiando em largura de duzentos palmos, se vay para cima estreitando às fiadas, em forma quasi piramidal. Fica por cima deste Pilar, ou Piar, hum grande areal onde o rio corre muy precipitado, e lhe chamão vulgarmente a galeira onde são alados os barcos na maior parte do ano, por estipendio certo; e sem este adjutorio seria difficulosissima, por não dizermos impossível, a passagem neste, e nos outros sítios semelhantes. Junto desta Torre, ou Piar, fica hum espaçoso areal plano e infrutífero, e por todos os arredores deste sítio se vê grande quantidade de pedra solta, e quebrada, que parece se mandou conduzir para a obra da ponte, que se intentava fazer».*

Outros autores como Rui Fernandes e Pinho Leal, em épocas diferentes, corroboram a probabilidade da existência dessa ponte medieval; porém, o testemunho escrito mais fiável que as minhas pesquisas encontraram é o *Documento de Salzedas*, Gaveta 4, maço 1º, nº 21, em que, no ano de 1205, Dona Sancha Vermudes, mulher de D. Soeiro Viegas, fez o seu testamento no qual diz que tem uma herdade, à ponte do Douro, bem como, posteriormente em 1216, a doação feita ao Mosteiro de Paço de Sousa, de tudo o que tinha em

*Fratibus S. Johannis de Tarouca mor quos mando dari ponte Dorei». VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de – Elucidário. 1966. 2º vol., p. 484.*

<sup>24</sup> CARDOSO, Luís – *Dicionário Geográfico...* Lisboa: Na Régia Oficina Silviana, 1751. Tomo 2. p. 54-55.

Barrô, «junto à ponte do Douro», e que se encontra mencionada no *Livro de Doações* da mesma casa, a folhas 24.

## ONDE PRINCIPIARAM AS DEMARCAÇÕES POMBALINAS

O Vale de Barqueiros, situado entre dois colossos de montanhas (Marão e Montemuro), é, por direito geográfico, o pórtico do Douro vinhateiro. Aqui, em terras de transição geológica entre o granito e o xisto, foram mandados colocar pela Junta da Companhia os quatro primeiros marcos pombalinos nas Demarcações de 1756/57.

Os marcos números um e dois foram colocados naquela que é hoje a Quinta da Manuela, doada nos anos cinquenta por Francisco Lacerda Cardoso à Santa Casa da Misericórdia; os números três e quatro delimitavam todos os terrenos entre esta quinta, a margem direita do rio e toda a extensão de vinhas que compreendia a Quinta da Ferreira (hoje dividida em Ferreira de Cima e Ferreira de Baixo)<sup>25</sup> e que, na época, pertencia a um tal Florido Jacinto, da cidade do Porto.

Vejamos a transcrição que vem nos *Anais do Instituto do Vinho do Porto*, referente às Demarcações Pombalinas em terras de Barqueiros:

*«Principiando na estrada, que vem de Barqueyros para o Lugar da Rêde, e Pezo da Regoa, aonde chamão o Sitio de Bernardo, em cuja estrada, e no canto da vinha do Padre Francisco Pereyra Chaves, da Cidade do Porto, se pôs hum Marco de pedra de cantaria Lavrada com hum Letreyro, que diz "Feitoria" e com – o numero primeiro por ser o principio desta demarcação, cujo Marco se meteo á custa do mesmo Padre.*

*E deste Marco seguindo o rumo de Sul a Norte, se vay dar a outro canto da vinha do mesmo Padre, aonde se meteo outro Marco com – o numero Segundo, que dista do primeyro duzentas e tres varas cuja medição se fês para que se não extenda a demarcação pelo Monte, que está de Matto por sima da ditta vinha.*

*E neste Segundo Marco vira a demarcação de Sudueste a Nordeste e vay dar no Simo da Vinha chamada da Ferreira, que hé de Florido Jacinto, da Cidade do Porto, aonde por sima das cazas da quinta do mesmo, e em distancia de sesenta e quatro varas e meia [71 metros] dellas, para a parte do Poente se pôs outro Marco com – o Numero terceyro, do qual vay a demarcação seguindo ainda o mesmo rumo dar no canto da vinha de Jozé Luis da Costa da mesma quinta da Ferreyra, aonde se pôs outro Marco, com o numero quarto á Custa do mesmo Jozé Luis; e dentro desa demarcação fica toda a quinta do dito Padre Francisco*

<sup>25</sup> A Quinta da Ferreira de Baixo pertenceu a Armando Paiva Cortês (o Armandinho da Ferreira), e foi palco, no dealbar dos anos cinquenta deste século, de uma tragédia macabra digna de Shakespeare (*Um crime passionnal há quarenta anos*. Jornal «O Arrais», 23 Jan. 1997).

*Pereyra Chaves, e o ditto Florido Jacinto, e do ditto Jozé Luis, isto hé pelo que respeyta ao Terrêno, que está plantado de vinhas, e não o que está de matto, e por essa cauza fica fora dos dittos Marcos».*

As restantes vinhas do, ainda nessa época, concelho de Barqueiros, ficavam inseridas nas Demarcações para o preço de dez mil e quinhentos réis cada pipa. Para o preço inferior de seis mil e quatrocentos réis, todo o terreno que não ficou incluído neste agrupamento e que «*todo era de Xantoado, e Árvores*»<sup>26</sup>.

Como em casa onde falta pão todos ralham, por toda a região vinhateira do Douro houve focos de revolta contra as primeiras Demarcações, o que originou a sua anulação, e novas linhas de Demarcações, em 20 de Setembro de 1758, pelo rei D. José, a «toque de caixa» do todo poderoso Sebastião José de Carvalho e Melo.

No ano seguinte, 1759, um numeroso grupo de lavradores insatisfeitos com a exclusão dos seus terrenos na Feitoria, fizeram cair na Junta da Companhia requerimentos onde, como argumentos de peso, realçavam os lugares de encostas enxutas, soalheiras, fragosas e ardentes das suas vinhas.

A Quinta do Piar, que em 1757 estava incluída nas «ldeyas das Demarcações» como produtora de vinho propício à feitura do generoso, somente em 1761 veria a Junta da Companhia deferir o seu requerimento, conforme se pode ler no Anexo nº 1 à carta de 4 de Setembro de 1759 dessa Junta:

«Senhôr.

*Poem a Junta na Real Prezença de V. Mgde. o requerimento de Lourenço de Azevedo Pinto, da Villa de Barqueiros em que representa tem hua Quinta no sitio chamado o Piar, termo do Concelho da mesma Villa, a qual ficou na Demarcação que se fes para feitoria no ano de 757 e lha excluirão na ultima a que se procedeo em Novembro de 758 sendo o vinho della reputado por fino, e da mais excelente qualidade que por este motivo forão sempre comprados para o Norte. Suplicava se lhe metesse na Demarcação de feitoria a dita Quinta.*

*E sendo mandado informar pellos Deputados e Concelheiros Manoel Roíz Braga, Bras de Abreu Guimarães, Gaspar Barbosa Carneiro, e Pedro Pedrossem da Silva dicerão que o vinho que a sobredita Quinta produz he capas para embarque por se achar situada na margem do rio Douro.*

*Parece á Junta que deve entrar na Demarcação de feitoria a referida Quinta visto o sitio em que se acha e produzir vinho capas para embarque.*

*Vossa Magestade mandará o que for servido.*

*Porto, em Junta de 28 de Junho de 1759*

*Senhôr<sup>27</sup>».*

<sup>26</sup> FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Pombalinas no Douro vinhateiro*. «Anais do Instituto do Vinho do Porto». Nº 11, 2º vol. (1950), p. 32-33.

<sup>27</sup> FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Pombalinas no Douro vinhateiro*. «Anais do Instituto do Vinho do Porto». 3º vol. (1951), p. 19.

O pedido acabou deferido (como quase todos os que a Junta da Companhia endossava ao Rei), e a Quinta do Piar foi demarcada em 1761 para a Feitoria, com 6 pipas beneficiadas, tendo-se feito justiça aos vinhos da melhor qualidade que se produzem em Barqueiros e onde, num socalco sobranceiro à Galeira do mesmo nome, o senhor José Pinto Ribeiro, inspector reformado dos Caminhos de Ferro Portugueses, com notória satisfação de amigo, me mostrou recentemente, um marco pombalino da Feitoria<sup>28</sup> que se encontra, como sentinela e testemunha de outros tempos, dessa antiga Quinta ribeirinha do Douro.



Cesto vindimo acuculado. Quatro a erguer, dois a olhar (1951).

<sup>28</sup> Este Marco granítico apenas tem indicada a palavra Feitoria. Somente os Marcos Pombalinos colocados nas Primeiras Demarcações tinham gravados os dígitos correspondentes de 1 a 201.

Actualmente, em Barqueiros (com uma área geográfica de 2.685 hectares), nove em cada dez parcelas de solo arável estão afectas à viticultura. No entanto, não é aconselhável falar-se da monocultura do granjeio da vinha. Todo o pequeno e médio proprietário é possuidor de diminutas áreas de terreno onde granjeiam mimos de hortas e plantam árvores de fruto apenas para gastos próprios.

Todavia, o tracto normal da vinha ocupa a quase totalidade da mão-de-obra rural existente em Barqueiros, contrastando, flagrantemente, com o ano de 1886 (sete anos após o aparecimento do Caminho de Ferro...) em que aparecem como força viva de trabalho 638 marinheiros e apenas 73 jornaleiros.

Ainda tomando como ponto de referência a viticultura, verificamos que em 1840 (conforme estatísticas oficiais) Barqueiros produziu apenas 72 pipas de vinho. No curto espaço de século e meio, segundo dados fornecidos por elementos da Adega Cooperativa de Mesão Frio<sup>29</sup>, a produção vinícola na mesma localidade subiu cerca de 700%. É preocupante esta subida bárbara do cultivo da vinha, muito dela produzindo vinho de fraca qualidade (o que se reflecte na baixa concessão do «benefício», com apenas quatro Quintas a usufruir da letra C), em menoscabo do antigo povoamento de soutos, pinhais e cultura arvenses que arrastavam preciosas quedas pluviométricas em toda a época invernal.

Do ponto de vista social, o lavrador de Barqueiros, como grande proprietário está em vias de extinção. Hoje é mais honesto falar-se de cinco lavradores remediados (que colhem entre quarenta e setenta pipas, maioritariamente de vinho de consumo) em toda esta localidade. A restante produção vinícola está dividida por pequenos produtores. Os termos lavrador remediado e proprietário muitas das vezes tendem a deslocar-se e a confundir-se. Quem não se confunde, pela ancestral subserviência de ainda tirar o chapéu ao patrão ou feitor (mais por medos herdados, do que por vassalagem), é o jornaleiro. Aquele que, na escala social, nada mais tem além da força do seu trabalho. Mas não é de estranhar. Nesta localidade nunca houve uma luta de classes. Apenas, no ano de 1937, os jornaleiros Raúl Pinto de Azevedo, José Pereira e José Guedes Cardoso levantaram a voz discordante numa Assembleia de Associados da Casa do Povo, mas foram de imediato marginalizados pela direcção, tal como se pode verificar na Acta da sessão ordinária de 6 de Janeiro de 1937 da Casa do Povo de Barqueiros, ao serem considerados «elementos estranhos e conhecidos como pessoas subversivas e hostis aos princípios do Estado Corporativo».

Tendo por base a colheita do ano vinícola de 1986, eis a litragem que deu entrada na Adega Cooperativa de Mesão Frio dos vinte maiores associados desta associação vinícola, a primeira do género a ser lançada em Portugal:

<sup>29</sup> Foi fundada em 7 de Junho de 1950 por um pequeno grupo de 12 agricultores, e legitimada por Alvará do Ministério da Economia datado de 13 de Julho do mesmo ano.

	litros
Herdeiros de Maria Isabel Fuertes (Quinta da Vista Alegre)	56.317
Ernesto António Cardoso Duarte	31.779
Herdeiros de Dr. Ernesto Monteiro	25.042
António Dimas Monteiro Teixeira	22.393
José Guedes Cardoso Júnior	20.167
Lídia Monteiro Pina de Moraes	18.187
Herdeiros de José Monteiro da Fonseca Júnior (Quinta do Piar)	14.304
José Cipriano da Silva Guimarães	14.120
Domingos Monteiro (Alvarenga)	13.350
Padre Francisco Carlos Martins Valente	11.241
Herdeiros de Firmino Monteiro de Oliveira	9.233
Luís Bernardo	9.028
José Monteiro Teixeira	9.025
José da Silva Branco	8.012
Hortência Monteiro Paiva	7.731
Maria Fernanda Cardeano Madureira	7.444
Filipe Teixeira	4.939
Maria do Céu Guedes de Paiva	4.318
Jorge Rocha	2.384
Fernando Camilo da C. Sequeira	2.225

## O FOLCLORE EM TERRAS DE ARRAIS E MARINHEIROS

Era no grosso areal da Carregosa do Piar ou no antigo cais do Bernardo (onde ainda se localiza o edifício do extinto Posto da Guarda Fiscal das Guias de Trânsito dos vinhos transportados nos barcos)<sup>30</sup> que as mulheres da povoação, desde tempos remotos, esperavam maridos e irmãos, cantando e dançando num ritual pagão.

Pode dizer-se, sem medo de errar, que as vastas areias do Piar, hoje submersas, foram o berço do folclore duriense. Quando os marinheiros regressavam da torna-viagem e paravam na Galeira, infringindo antigas leis régias<sup>31</sup>, era nesse palco arenoso que se diluíam saudades dos longos dias de ausência.

Desde os tempos difíceis dos ensaios no descampado do Penedo Quebrado, onde se dançava a primitiva Chula Rabela da Maria Tacha e se apuravam os Descantes do carpinteiro António Silva, que se comungava o espírito folgazão da povoação e o bairrismo dos seus habitantes; porém, faltava alguém com intuição

<sup>30</sup> O último comandante deste Posto da Guarda Fiscal foi o senhor António Soares, que morava em Mesão Frio na Rua do Balcão, e faleceu com 104 anos de idade a 14 de Outubro de 1998 (nasceu em Barcos, Armamar, no ano de 1894 ...)

<sup>31</sup> «Da mesma sorte serão obrigados os referidos arrais, debaixo das sobreditas penas, a não se dilatarem voluntariamente nas torna-viagens, que fizerem da Cidade do Porto com as pipas vazias, em qualquer lugar, que não seja o da sua destinação, com demora que exceda o tempo de três horas precisas, e contínuas». Alvará Régio de 30 de Agosto de 1757, parágrafo XI.

cultural e poder de liderança, para organizar e levar a todo o país a mensagem etnográfica mais representativa do folclore nacional.

Surge, então, em cena Dona Maria Adelaide da Silva Paiva, uma das senhoras mais cultas de Barqueiros. Com António Silva percorre quelhos e pardieiros da povoação, ouvindo os mais idosos habitantes nas suas velhas cantigas e típicos dançares, cujas origens estão enraizadas nos antigos descantes ou estúrdias que a povoação levava às romarias dos povos vizinhos<sup>32</sup>.

O ano de 1935 marca, em definitivo, o nascimento do pioneiro Grupo Regional A Chula de Barqueiros.

Dona Maria Adelaide, após aturadas diligências, selecciona os oito melhores elementos para os ensaios a realizar na antiga Casa do Povo, na época uma velha sala do armazém de vinhos de marca da família Guedes de Paiva<sup>33</sup>.

Além dos cantadores, dançadores e tocadores eram figura obrigatória homens e mulheres que representavam, etnograficamente, as várias ocupações laborais da freguesia. Essas personagens, geralmente gente humilde e apagada, desfilavam pelos palcos onde se exibiam com sacholas, troixas, cestos vindimos, engaços, pequenos barcos rabelos, etc., num conjunto etnográfico que era um gáudio e admiração nos locais onde se apresentavam.

Em Julho de 1937, nas Festas Vindimárias em Lisboa, organizadas pelo Instituto do Vinho do Porto, conquistam com o seu folclore genuíno um Cacho Dourado e 6.000\$00 em dinheiro sonante, que darão o mote à quadra, cantada e bailada por todos os sítios da povoação, no seu regresso:

«Barqueiros já 'stá rico,  
Já 'stá meio brasileiro:  
Ganhou o Cacho Doirado  
E seis contos em dinheiro».

Maria Derrabada, Maria Alice, Feijão, Porfírio, José d'Almeida, Rabita, Micas Freitas, Olinda Mochacha, Micas Pereira, Conceição, Angelina Bôcha, Aninhas Cerca, Edmar, Dimas Teixeira, Joaquim Ferreiro, Zulmira Cardeano, Toninho da Burra e Bernardino Cardeano foram, entre outros, os pioneiros do folclore

<sup>32</sup> «Os povos circumvizinhos, costumam ir naquele dia (Festa do Senhor do Calvário, S. Martinho de Mouros) à função, agrupados, (...) levando por musica um enorme bombo, duas ou três violas, ferrinhos, um clarinete e duas rabecas, tocando a clássica chula da província, e à frente dançando em collumna, dois a dois (...) e distinguindo-se sempre entre todos o descante de Barqueiros (...) pela força e garbo com que se apresentam (...)». In Pinho Leal – *Portugal Antigo e Moderno*. 1875, vol. 5, p. 112.

<sup>33</sup> A figura mais mediática desta influente família, nos anos trinta a sessenta deste século, foi o senhor António Raimundo Guedes de Paiva, que cumpriu, fiel e zelosamente, as suas funções como Administrador da Região no tempo de Oliveira Salazar.

autêntico desta povoação cujo traje e instrumentos caracterizavam os usos e costumes dos jornaleiros e marinheiros:

*Homens* – calças brancas imitando as ceroulas usadas antigamente na «pousa» dos lagares; camisa branca ou colete, aos quadrados, com as costas em flanela; chapéu preto de aba larga; na cintura, faixa preta ou vermelha; meias amarelas e vermelhas e sapatos de cabedal.

*Mulheres* – garrido lenço de lã, na cabeça; blusas de formato antigo com aba na cinta; saia de roda preta, e ainda vermelha por baixo; meia de renda branca e chinelos pretos de cabedal.

*Instrumentos* – castanhetas de figueira, rabeca chuleira, violino, violões, bombo e ferrinhos.

Antes que outros interesses contribuíssem para a divisão e descaracterização deste folclore de arrais e marinheiros, em dois agrupamentos rivais que se esgotam longe do fulgor de outros tempos, ainda apareceria de permeio, nos princípios dos anos sessenta, como um saudável alfobre de dançadores e dançarinas, um típico Rancho Infantil, cuja fundação e organização se ficou a dever a Mário Pinto Claro (o Mário Tacho), uma figura saudosa dos tempos em que o folclore era símbolo de união e bairrismo.

### Ó RAPAZ APERTA A FAIXA

*Moderato*

Ó ra-pas, a - per-ta a fai-xa, Ó ra-pas, a - por - ta - u  
 bem; Ó ra-pas, a - per-ta a fai-xa, Ó ra-pas, a - per-ta - a  
 bem; A fai-xa bem a - per - ta - da, Ó ra - pas, fi - ca - to  
 bom. A fai-xa bem a - per - ta - da, Ó ra - pas, fi - ca - to  
 bem.

AD

Eu de Trás-os-Montes sou  
 A natureza bravia  
 Em trono me colocou  
 De serras e penedia

Coro: Ó rapaz, aperta a faixa  
 Ó rapaz, apert'á bem:  
 Que a faixa bem apertada  
 Ó rapaz, parece bem.

Se quiseres que eu te vá ver  
 Além Douro, Margarida,  
 Manda fazer um barquinho  
 Da rosa mais colorida.

## DEITA A BARCA AO RIO

*Andantino*

A ã-gua da-que-le ri-o Cor-re que de-sa-pa-  
-rece; A ã-gua da-que-le ri-o Cor-re que de-sa-pa-  
-rece; Ai, quem tem um a-mar va-di-o tan-to a-  
-lem-bra co-mo es-quece. Ai, quem tem um a-mor va-  
-di-o tan-to a-lem-bra co-mo es-quece.

Água do rio clara,  
Deixa passar a barrenta;  
Quem tem o coração duro  
Cai ao chão e não rebenta.

Coro: Amor deita a barca ao rio,  
Deita a barca ao rio,  
Vamos barquear;  
Ai, amor... se a barca tomba  
Caio ao rio,  
Não sei nadar!

A água daquele rio  
Corre que desaparece;  
Quem tem amor vadio  
Tanto «alembra» como esquece.

Minha Mãe diz que não quer  
Ter um filho marinheiro  
Tem medo que lhe morra  
Nos embalos do Loureiro.

Fui ao Douro às vindimas  
Não achei que vindimar,  
Vindimaram-me as costelas,  
Olha o que lá fui ganhar!

Coro: Retira-te das janelas  
Retira-te do balcão  
Vem comigo p'rás vindimas  
Amor do meu coração.

Não se me dá que vindimem  
Videirinha que eu podei,  
Não se me dá qu'outros logrem  
O qu'eu por gosto deixei.

Não se me dá que vindimem  
Nem também de vindimar,  
Só me dá das tristes noites  
Que se passam no lagar.

Fui ao Douro às vindimas  
Pagaram-me a trinta réis:  
Vim pela feira do Peso  
Empreguei-os em anéis.

## FUI AO DOURO A'S VINDIMAS

*Animado*

Fui ao Dou-ro às vin-di-mas  
Não a-chei que vin-di-mar, - Fui ao Dou-ro às vin-  
-mar - Vin-di-ma-ram'me as oos - te-las, O-lha o que lá fui ga-  
-nhar... Vin-di-ma-ram'me as oos-nhar...





O Folclore de Arrais e Marinheiros. Segunda Geração (1962).

## GLOSSÁRIO PRÁTICO DE PALAVRAS EM DESUSO<sup>35</sup>

**Açougue** – Lugar onde se mercadejavam frutas, pão, hortaliças, peixe, galinhas, panelas, roupas ou alfaias agrícolas. Antigamente existiam duas espécies de açougues: «reais» e «de concelho».

**Açude** – Represa para juntar as águas. Deriva do árabe «sadda», tapar, impedir o livre curso da água.

**Alar** – Puxar contra a corrente do rio, os barcos rabelos, à sirga, por marinheiros que saltavam de penedo em penedo ou enterrados nas margens arenosas.

**Aldeia** – Vocábulo de origem árabe («aldaia») que significa povoação ou lugar pequeno.

**Almeitiga** – Almoço ou leve refeição que se dava ao mordomo ou ao prestameiro que pedia, media ou arrecadava os foros reais.

**Almude** – Medida de capacidade de sólidos e líquidos; deriva do árabe «al-mode», o qual sem o artigo «al» degenerou em módio e este, por sua vez, em moio, medida para secos que correspondia a 60 alqueires. (No Foral de Barqueiros, 1223, exigia-se, a

<sup>35</sup> Estes vocábulos em desuso foram escolhidos de VITERBO – *Elucidário...*; FIGUEIREDO, Cândido – *Dicionário de Português*. 1912; DIAS, Augusto – *Lamego do séc. XVI* e de LENCASTRE, José de – *Vitivinicultura através de alguns documentos medievais*.

títulos de direituras, para o governador do distrito, um almude de manteiga e muitas outras coisas «et cum illo pro directuris/almude de manteiga». Para medição do vinho, usava-se muito mais o almude do que o alqueire. No séc. XVI, até à reforma de 1575, usava-se correntemente o alqueire para medir o azeite. Já para o vinagre estava mais adaptado, segundo parece, o almude, como se verifica numa carta de quitação de 1510 e numa provisão régia de 1308)<sup>36</sup>.

*Anhoto* – Ronceiro, vagaroso, lento, barco que não colhe vento.

*Apegada* – Palanque onde o mestre ou o arrais dos rabelos se colocavam para manobrar a espadela.

*Arrais* – Dono, e por vezes mestre, do barco rabelo. Deriva do árabe «rasa».

*Arreceber* – Corrupção de receber (recebimento, casamento); linguagem ainda em uso no folclore de Barqueiros:

«Ó senhor Arrais do barco,  
Deite-o fora e venha ver;  
Venha ver a sua filha  
Que se vai arreceber»

*Atestador* – Medida actual de folha zincada, com capacidade de 12 a 18 litros, próprio para «aconchegar» o sulfato ao moderno atomizador, ou a esse velho resistente dos socalcos durienses chamado pulverizador.

*Baldio* – Terreno inculto, maninho, sem cultura; corruptela do árabe «baledon».

*Bensilho* – Ou «vencilho», é a atadura que se faz de giesta, palha, junco ou verga para atar os molhos; deriva do latim «vincire», unir, atar e apertar.

*Boroa* – Pão feito antigamente de painço, escarolado com uma côdea rija e amarga, sustento dos mais desfavorecidos. Os mais abastados somente lhe comiam o miolo, tão amarga era a côdea.

*Cambadouro* – Desvio do rumo feito pelos barqueiros, quando passavam duma margem para a outra do rio, devido à corrente mais forte e de pior navegação.

*Cambona* – Mudança rápida de rumo na direcção das velas dos barcos.

*Cantarinas* – Topónimo de um lugarejo de Barqueiros, significando bolho de água.

*Cardanho* – Barraco onde dormiam os jornaleiros, muito utilizado pelas «rogas» que partiam para as quintas do Alto Douro.

*Cesteiro* – Conheci o último de tal ofício em Vale Pentieiro, onde trabalhava numa loja térrea e escura. Tinha figura miúda, mas foi grande por ter sobrevivido, exclusivamente, deste ofício já extinto nesta localidade. José Pinto Claro faleceu em 17 de Outubro de 1986, com 87 anos. Sobreviveu ao filho, Mário Pinto Claro, o fundador do Rancho Infantil de Barqueiros. Antigamente, cesteiro ou sesteiro era uma medida de sólidos e líquidos, variável no peso e quantidade, e encontra-se mencionada no Foral deste concelho em 1223.

*Chileira* – Pequeno sobrado no barco rabelo, junto à proa, onde se deitavam e dormiam os marinheiros.

<sup>36</sup> VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidário*. 1966.

*Chumaceira* – Moitão feito de um tronco de árvore e no qual assentava e se movia a espadela dos barcos rabelos.

*Coirela* – Hoje chama-se coirela a uma porção de terra pobre e de fraca sementeira; todavia os nossos primeiros reis, dividiram a região de Panonias (Panóias), na qual se incluía Barqueiros, em coirelas ou casais.

*Discantes* – Corruptou em «descantes» que eram danças antigas e cantares tradicionais do povo de Barqueiros, acompanhados por instrumentos como a rabeça chuleira e o banjo.

*Embaló* – Movimento das águas no rio, cuja agitação fazia ondular as embarcações, muito frequente nos pontos perigosos do Douro antigo:

«Minha mãe diz que não quer  
Ter um filho marinheiro  
Tem medo que lhe morra  
Nos embalos do Loureiro».

*Encabadouro* – Buraco de uma enxada por onde entra o cabo.

*Ensaio* – Era o vão intermédio das duas cavidades nos rabelos.

*Espadela* – Remo comprido e desengonçado que substituiu o leme nos antigos barcos rabelos.

*Feira* – Era um campo aberto onde se mercadejava tudo o que tinha valor; actualmente, gente mais prosaica chama-lhe mercado ou praça. Antigamente, terras importantes (como Barqueiros), usando de certos privilégios, tinham feira franqueada.

*Gadanha* – Colher ou concha comprida, de ferro, utilizada pela tripulação dos rabelos para tirar o caldo da panela de ferro.

*Gado de vento* – Era aquele gado sem dono ou pasto, que não andava perdido, mas apenas vagando de uma para outra parte (como o vento). Encontra-se mencionado no Foral Novo de Barqueiros.

*Galeira* – Local no rio formado por duas compactas fileiras de pedra grossa, onde o caudal se apertava para melhor facilitar a navegação no estio; encontra-se submersa aquela Galeira do Piar que antigamente tinha dono próprio e pagava ónus.

*Ganchinho* – Alcunha familiar na freguesia de Barqueiros; Cândido de Figueiredo dizia que era o trabalho eventual, fora das horas habituais de serviço.

*Garito* – Pequena abertura na parte superior do almude que marca a medida exacta dos 25 litros. Os antigos marinheiros dos rabelos também chamavam garito ao corte feito na sirga, quando esta corda roçava por penedos agrestes.

*Julgado* – Divisão territorial em que exercia a jurisdição um juiz ordinário. Barqueiros foi antigo julgado<sup>37</sup>.

*Manifesto* – Deriva do português antigo «meafestar» ou «meenfestar» que significa confessar-se sacramentalmente. Actualmente, o vitivicultor tem de manifestar, na Casa do Douro, o vinho produzido.

- Matriz** – Barca antigamente usada no Rio Douro, para abalroar os rabelos quando não podiam atracar.
- Mestre** – Barqueiros tinha-os dos mais peritos e conhecedores do rio Douro. Acumulando, muitas vezes, funções de arrais, conheciam todas as pedras e pontos perigosos do velho rio.
- Mogos** – Marcos divisórios de um território ou terrenos de outros. Deu nome a um lugarejo que separa Barqueiros de Vila Juzã.
- Ogo** – Cada uma das cordas que, nos barcos grandes do Douro, partiam do alto do mastro e iam prender-se, uma de cada lado, à extremidade do traste.
- Olho-Meirinho** – Nascente de água que surge ao acaso no meio do campo, maninho ou pinhal.
- Padroeiro** – O que forrava ou libertava servo ou escravo.
- Palanque** – Na época medieval era uma paliçada que se construía em redor do campo de batalha; nos barcos rabelos era um lugar importante de vigia para a sua navegação; hoje, ainda os mais idosos vão chamando palanque ao coreto onde sanfona a Banda nas romarias.
- Passais** – É de Viterbo a seguinte explicação: «recinto, conchouso ou terra hortada, junto das igrejas paroquiais, que servia para hortas, pomares e logradouro aos párcos e Ministros do tempo». Pinho Leal, na obra citada, diz que Barqueiros «tinha-os mui pingues». O último usufrutuário na povoação foi o Abade Aquilino que os comprou após a Lei da Separação e do Estado, da autoria do Dr. Afonso Costa, amigo e correspondente no exílio do capitão Pina de Moraes.
- Pego** – O ponto mais fundo do rio.
- Pena d'Arma** – Ou «Pena de Sangue», encontra-se no Foral Manuelino de Barqueiros, e era a multa ou condenação que se impunha aos que espancavam, feriam ou matavam, e até àqueles que proferiam palavras injuriosas ao próximo.
- Pescadeira** – Bomba usada, manualmente, para tirar dos tonéis o resto do vinho que não chegava à torneira.
- Poiar** – Toponímico antigo do lugar do Piar ou Pilar. Significava a(poiar)-se nalguma coisa para subir ou trepar.
- Portela** – Diminutivo medievo de porto que significa entrada, garganta do monte ou passagem, estrada real ou caminho público. Em Barqueiros, no lugar do mesmo nome, encontrei em Maio de 1987, vestígios da antiga Ermida do Mártir S. Sebastião.
- Pousadoiro** – Fim da antiga calçada de Porto de Rei, onde o almocreve ou o carrejão pousavam a carga e descansavam por momentos.
- Primariças** – Foro antigo que consistia no pagamento das primeiras lampreias que se pescavam no rio Douro.
- Quarta de pão** – Medida de capacidade variável (à volta de oito alqueires). «*Habete taygam et quartam quale semper habuistis*»<sup>38</sup>.
- Rabão** – Pequeno barco do Rio Douro, contemporâneo e irmão menor do rabelo, raseiro, pesado e com uma espadela desgraciosa e comprida.

<sup>38</sup> Foral de Barqueiros, 1223.

- Ressolho* – Redemoinho formado nas águas turvas do Douro antigo por ocasião das cheias.
- Rico-homem* – Título de alta nobreza desde os godos até ao séc. XV; homem cheio de riquezas, grossos e abundantes cabedais. Dele se faz referência no foral de Barqueiros, outorgado por D. Sancho II («*et cum meis Riquiis-Hominibus*»).
- Safras* – Fretes que os antigos arrais do Douro aceitavam para transportar com os rabelos.
- Sagro* – Fundo achatado dos barcos rabelos, formado de tabuões de pinho, sendo de castanho quase toda a outra madeira.
- Sirga* – Corda com que a tripulação alava os rabelos, descalços, de penedo em penedo, ao longo das margens do rio Douro.
- Sumagre* – No séc. XVI havia em Barqueiros muitas destas plantas cujo pó, mais ou menos grosseiro, resultante da trituração das flores, folhas e frutos, era muito empregue em medicina e tinturaria. Hoje encontra-se extinto nesta localidade.
- Termo* – espaço ou território até onde chegava a jurisdição dos juízes de fora. A esses termos também se chamavam marcos ou sinais públicos. Barqueiros, segundo o Padre Luís Cardoso (o. c.), tinha igualmente, termo próprio a delimitar a sua jurisdição.
- Testemunhas* – Pedras que se colocavam à volta dos marcos, como prova garante da divisão de terreno de partilhas.
- Tocatas* – Toques de instrumentos em estúrdias ou bailaricos, muito em voga, nos anos quarenta nos amplos salões da Quinta da Vista Alegre, em Barqueiros.
- Traste* – Tabuão firmado nas dragas e cavernas dos Rabelos e que servia para amparar o mastro, encostando-se a este, do lado da proa.
- Varadoiro* – Lugar onde se encalhavam os barcos rabelos, para os consertar ou guardar durante o tempo em que não havia fretes.

